

ATA Nº03

----- Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 29 de dezembro de dois mil e dezassete. -----

-----No vigésimo nono dia do mês de dezembro de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta minutos, no salão nobre dos paços do concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Maria Helena Marques dos Santos e Victor Fernando dos Santos Neto com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

-----**A – Apreciação e votação das atas das sessões de 21/10/2017 e 24/11/2017; -----**

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa; -----**

-----**C – Justificação de faltas; -----**

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”; -----**

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”: -----**

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----**

----- **PONTO DOIS: CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES; -----**

----- **PONTO TRÊS: CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO, DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA O SETOR DA EDUCAÇÃO – PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA; -----**

----- **PONTO QUATRO: GRETEL – PRODUTOS CERÂMICOS, S.A. – PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE ISENÇÃO DE IMI E DERRAMA; -----**

----- **PONTO CINCO: RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DESTRUÍDOS OU GRAVEMENTE DANIFICADOS EM RESULTADO DE CATÁSTROFE – DECRETO-LEI N. 130/17, DE 09 DE OUTUBRO – DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE RECONSTRUÇÃO URGENTE PARA HABITAÇÃO OU ATIVIDADE ECONÓMICA – PROPOSTA; -----**

----- **PONTO SEIS: CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE CURTO PRAZO EM 2018 – APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS; -----**

----- **PONTO SETE: ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL – 2018 -----**

----- **PONTO OITO: AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – ANO 2017 – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO; -----**

----- **PONTO NOVE: AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – ANO 2018 – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO; -----**

----- **PONTO DEZ: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE INVESTIMENTOS PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS. -----**

----- PUNTO ONZE: ARMAZÉNS MUNICIPALS – ALIENAÇÃO DOS TERRENOS – VAGOS – RATIFICAÇÃO. -----

----- PUNTO DOZE: ADENDA AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO – REDUÇÃO DO MONTANTE DE EMPRÉSTIMO PARA 874000,00€ - BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA 598 RINES/SANCHEQUIAS – PARA CONHECIMENTO. -----

----- **Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, Andreia Pereira Santos Marques, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Elisabete Costa Pequeno, Tony Richard de Oliveira Almeida, Sérgio Manuel Jesus Martins, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Xavier Prior Neto, Maria Pedro Almeida Neves Ferreira da Silva Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Liliana Barreira e Sérgio Domingos, em substituição de José Augusto Ferreira Martins, eleitos na lista do PSD. -----

----- Jorge Henrique da Graça Pereira, Patrícia Neves Ferreira, Paulo Alexandre Ferreira Malta e António Bastião, em substituição de Basílio de Oliveira, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Manuel de Oliveira Gaspar e Bruno Marcelo Regalado Julião, eleitos na lista do PS. ---

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Silvino Inácio, em representação de Arlindo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Cláudio Curto em representação de Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos; Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores Deputados José Augusto Ferreira Martins, Basílio de Oliveira, Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora e Silvério Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente, João Paulo Sousa Gonçalves, os Vereadores, senhora Susana Maria Ferreira Gravato, Maria Dulcília Martins Sereno, senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e o senhor João Domingues. -----

-----**A – Apreciação e votação das atas das sessões de 21 de outubro e 24 de novembro de 2017.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação as atas das sessões realizadas no dia 21 de outubro e 24 de novembro de dois mil e dezassete, tendo as mesmas sido aprovadas, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes nas respetivas sessões.-----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre quatro de setembro e vinte e nove de dezembro de dois mil e dezassete. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. -----

-----**C – Justificação de faltas.** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dadas pelos senhores Deputados Maria Pedro da Silva e Basílio de Oliveira à sessão extraordinária de vinte e quatro de novembro e aos senhores Deputados Basílio de Oliveira, José Martins e Arlindo das Neves à sessão de hoje. -----

----- **D – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e referiu que as estradas de Soza para a Lavandeira, de Lavandeira para Salgueiro e de Salgueiro para o Fontão não se encontra em boas condições de circulação. Referiu também que na Rua das Oliveiras uma parte do alcatrão cedeu e que as paragens de autocarro de Salgueiro estão completamente destruídas. A estrada da floresta, conhecida como estrada do Lombomeão-ZIV, está muito degradada e apresenta algum perigo. A estrada que liga Ouca a São Romão também se encontra perigosa. Por fim, perguntou se existe algum Plano Municipal de Reflorestação. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e informou da tomada de posse dos representantes na Assembleia Intermunicipal da CIRA, e dos assuntos abordados nessa reunião, tais como o Orçamento para 2018 e Grandes Opções do Plano. Outro assunto discutido e de importância foi a questão da Orla Costeira referindo que o Presidente da Cira, Engº Ribau Esteves, referiu que na praia da Vagueira as obras estavam mais ou menos suspensas porque se falava que os shots de areia não seria a melhor opção-----

----- A senhora Deputada Madalena Pinto usou da palavra e deixou os parabéns a todos os intervenientes da NATAL(I)A, iniciativa que correu muito bem cuja receita da bilheteira reverteu a favor dos Bombeiros Voluntários de Vagos, a quem deixou também os parabéns, e gostava de saber se o valor angariado foi significativo. Como representante da Assembleia Municipal eleita para a CPCJ, informou da venda de uma agenda com o objectivo de angariar fundos para a atividade desta instituição. Outro assunto que referiu prende-se com a necessidade de fixação dos contentores do lixo.-----

----- O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e começou por perguntar ao senhor Presidente da Câmara qual o ponto de situação da estrada Rines – Sanchequias. Entretanto, o senhor Deputado fez uma chamada de atenção que tem a ver com os incêndios e que neste momento estão a criar um problema de futuro, ou seja, as ramadas e os resíduos que os madeiros não estão a recolher e o que a legislação diz é que a fiscalização deve ser feita por

parte da Câmara Municipal. Esta questão tem de ser fiscalizada e tratada com alguma rapidez porque pode estar-se a criar um barril de pólvora. -----

----- O senhor Deputado Xavier Prior usou da palavra para perguntar se está prevista alguma reunião do Conselho Municipal da Juventude e referiu que a JSD tem algumas propostas a apresentar para dinamizar a população mais jovem do concelho de Vagos. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por louvar a iniciativa do Presidente da Assembleia Municipal na realização da visita ao concelho, nomeadamente às zonas afetadas pelos incêndios. Referiu que a iniciativa foi muito útil em termos de fazer a Assembleia Municipal desinstalar-se da sede do concelho e dos Paços do Concelho para se deslocar às zonas afetadas e para o contato com os cidadãos, foi útil também em termos de conhecimento formal, independentemente do conhecimento pessoal, e também para as pessoas e as entidades afetadas perceberem que os membros da Assembleia Municipal estão atentos e atuantes. Em relação à NATAL(l)A o Partido Socialista fez um elogio rasgado e incondicional ao evento do ano passado, porém este ano, há algumas dúvidas em repetir o elogio e, perguntou ao senhor Presidente da Câmara se a perceção que existiu é que houve menos pessoas do que o ano passado. Perguntou ainda se não seria de aproveitar e prolongar a manutenção da tenda como infraestrutura para a passagem do ano. Referiu-se ainda quanto à informação prestada pelo senhor Presidente da Assembleia face à resposta da Comissão Nacional da Proteção de Dados, em relação ao pedido formulado pela Câmara Municipal, no que respeita à transmissão das sessões da Assembleia Municipal. Ao senhor Deputado parece-lhe que não foi a forma adequada de tratar o assunto tal como o senhor Presidente da Mesa o fez, ou seja, sendo tratado como mero expediente uma questão que foi aqui levantada nesta Assembleia Municipal e por isso merecia ter sido circulada por todos os Deputados e, eventualmente, ser mesmo motivo de objeto de discussão nesta sessão. Aquilo que parece claro, é que a resposta da Comissão Nacional da Proteção de Dados é inequívoca, ou seja, não há nenhuma proibição da transmissão das Assembleias Municipais. Assim sendo, volta-se ao ponto de onde nunca se deveria ter saído que é a questão política, que é saber se interessa ou não interessa a transmissão das sessões da Assembleia Municipal, sendo a posição do Partido Socialista conhecida, por isso, mantém aqui a proposta da transmissão das sessões. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca, usou da palavra e referiu que quando esta Junta de Freguesia tomou posse foi informada pelo anterior executivo de que estava em falta a última tranche das transferências assim como o subsídio atribuído para as Marchas Populares. O que o senhor Deputado pretende saber é quando é que há previsão para essa transferência. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referindo-se à transmissão das sessões das Assembleias Municipais *online* não quis deixar de sublinhar a intervenção feita pelo senhor Deputado Óscar Gaspar. O senhor Deputado considera que a Comissão Nacional da Proteção de Dados é de facto uma das instâncias em Portugal das mais conservadoras na leitura da legislação. Este parecer que foi aqui lido pelo senhor Presidente parece, de facto, inequívoco e não obstem à

existência de uma transmissão *online* das Assembleias Municipais e, por isso, o senhor Deputado considera importante estar-se atentos a oportunidades. Segundo o senhor Deputado em janeiro ou fevereiro abrirão concurso SAMA, tutelados pela Agência para a Modernização Administrativa, será de aproveitar essa oportunidade. Assim sendo, cabe agora ao senhor Presidente tomar essa decisão política, importante para todos, e como forma de democratizar o acesso à política local muito importante para o concelho de Vagos. -----

----- Concluídas as intervenções dos senhores Deputados, o senhor Presidente da Mesa esclareceu que esta resposta da Comissão Nacional da Proteção de Dados, foi recebida já depois da convocatória desta sessão e, por isso, não sendo possível agendar a sua discussão, o que justifica ter sido lida no momento em que a leu, que entendeu ser o mais oportuno, até pela importância do assunto. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas pelos senhores Deputados. Relativamente às ruas referidas pelo senhor Deputado António Bastião esclareceu que na rua Soza-Lavadeira está a haver um atraso nessas obras, uma vez que no local faleceu um funcionário da empresa que está a executar esta empreitada da AdRA. Entretanto, nesta obra também foi detetado que haveria um conjunto de habitações que iriam ficar sem saneamento, situação que foi sinalizada pela Câmara Municipal com a AdRA e houve “um acrescentar” à empreitada de trabalhos que não estavam previstos inicialmente. O senhor Presidente está convicto que durante o mês de janeiro as obras irão ser concluídas e a estrada irá ser reparada. Há uma verba prevista no orçamento para o ano que vem para beneficiação de arruamentos na Freguesia de Soza. No caso da estrada Salgueiro-Fontão e Rua das Oliveiras houve abatimentos e terão de ser reparadas pelo empreiteiro, uma vez que o trabalho não ficou bem feito. A questão da paragem dos autocarros em Salgueiro já havia sido alertada há poucos dias pelo Presidente da Junta de Freguesia de Soza, vai-se averiguar quem danificou a paragem, mas a mesma vai ser reparada. Em relação à estrada da Floresta-ZIV, que faz a ligação do Lombomeão à Zona Industrial, há ali duas situações: há uma pequena reparação que tem de ser feita e já foi lançado o procedimento de concurso público para a futura adjudicação da empreitada da Rua das Abelhas, porque a estrada está em muito más condições. A Câmara já adquiriu um terreno contíguo para ficar uma via alargada. Essa empreitada foi adjudicada e a empresa que ganhou o concurso de alcatroamentos, que está situada em Mortágua, e foi vítima dos fogos, ardeu-lhe o PT e vieram pedir a prorrogação do prazo de execução, que devidas as circunstâncias foi concedido. Esta situação é válida também para a estrada Ouca São Romão porque está incluída no mesmo lote de reparações. Em relação ao Plano Municipal para Reflorestação, e incluindo a questão levantada pelo senhor Deputado Juan Martins, existe, neste momento, um problema sério, ou seja, para além dos fogos terem dizimado uma boa parte do território o que aconteceu foi que muitas das empresas que são consumidoras das biomassas também arderam. O país hoje tem um problema, isto é, não tem quem consuma as biomassas e, do ponto de vista intermunicipal, o que se pretende é elaborar um estudo para criação de uma central de biomassas para resolver este e futuros problemas. A Câmara Municipal pode e deve

fazer essa fiscalização, porque é uma competência sua, mas terá de se compreender que não tendo os madeireiros a possibilidade de colocação dessas biomassas torna-se difícil escoá-las. A Câmara Municipal está neste momento a trabalhar com a Associação de Produtores Florestais do Baixo Vouga que apresentou uma proposta que será tornada pública em breve, porque ainda está a ser discutida. Esta proposta visa contemplar vários tipos de reflorestação do território vaguense, sendo que existe uma comparticipação por parte do Município, uma comparticipação da Associação de Produtores Florestais do Baixo Vouga e uma comparticipação dos privados a quem compete a maior parte da fatia desta despesa. No Plano Diretor Municipal existem zonas previstas para construção e zonas para não construção e deve, claramente, melhorar-se o planeamento, desse ponto de vista, prevendo os sítios para produção florestal intensiva com eucalipto e outras espécies do género e sítios onde essa produção esteja claramente proibida. Em relação às questões abordadas pelo senhor Deputado Jorge Pereira o senhor Presidente informou de que no ponto um, respeitante à informação prestada sobre a atividade municipal, há já um capítulo onde são abordadas as questões da CIRA e quais os projetos mais importantes em que está envolvida e, em traços gerais, as diferentes atividades que vão sendo desenvolvidas por esta entidade e a intervenção do Município nessas atividades. Sobre a Orla Costeira não é toda a intervenção que está suspensa. Há dúvidas relativamente à questão dos shots de areia, o senhor Presidente não tem dúvidas nenhuma de que eles seriam vantajosos, mas é só a sua opinião e não é técnico. Uma das obras que está quase concluída é a colocação de uma manga geotêxtil na praia da Vagueira para segurar a duna primária, a norte, junto ao Canto da Sereia. Esta manta geotêxtil foi cheia com areia retirada do mar. Esta foi uma tarefa complicada porque teve de ser feito um estudo ambiental para se poderem retirar essas areias. Há questões técnicas que às vezes suscitam muitas dúvidas. Contudo, as obras não pararam tanto as da APA como a sul, na praia do Labrego e que continuaram a sul na praia da Vagueira, o fecho em pedra, aquele enrocamento que está a ser feito no âmbito da Polis Litoral Ria de Aveiro e protocolo com a APA. Um outro projeto que continua em análise técnica, uma vez que foram apresentadas duas propostas, após a abertura do concurso público internacional, é o Quebra-Mar Destacado. Em relação à NATÁL (I)A este ano teve menos gente. O facto de ter um valor de entrada a pagar poderá ter afastado as pessoas mas ainda não foi feito o balanço final, com o Museu do Brincar, de modo a avaliar as coisas que correram bem e menos bem. Há algumas coisas que correram melhor, e falando aqui da questão do Canil Municipal, o Gabinete Médico Veterinário da Câmara Municipal esteve presente e foram adotados dezanove animais neste período, um número muito bom. Para este sucesso poderá ter contado o facto de a Câmara Municipal estar a oferecer o *chip*, a esterilização e tudo o que são despesas que as pessoas possam ter com o processo de adoção. Em relação à questão dos caixotes do lixo a Câmara Municipal tem agendada uma reunião com os Municípios de Albergaria-A-Velha e Oliveira do Bairro, mais uma vez, juntamente com a empresa que ganhou o concurso público, para discutir algumas situações que não estão a correr tão bem como se gostaria. Relativamente à estrada Rines-Sanchequias, neste momento, já foi enviada para o Tribunal de Contas a informação, após a última Reunião de Câmara, e agora

está-se a aguardar o visto e logo que este chegue iniciar-se-á a obra o mais rápido possível. Em relação ao Conselho Municipal da Juventude o senhor Presidente tomou em boa nota a sugestão do senhor Deputado Xavier Prior e em janeiro agendar-se-á uma reunião numa data a combinar com o senhor Vereador Pedro Bento que é quem tem o pelouro da Juventude. Em relação à intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar, no que respeita à visita ao concelho, o senhor Presidente, que também participou, associou-se ao elogio e referiu que de facto foi uma iniciativa muito positiva por parte do senhor Presidente da Assembleia Municipal para que todos os Deputado tenham conhecimento do que está a ser feito. O senhor Presidente aproveitou para fazer um elogio grande a todos os serviços da Câmara Municipal que sobre a coordenação de Eng^o Bruno Rocha têm colocado ao serviço das populações, ao nível da agricultura, da indústria e das habitações, todo o seu empenho para minimizar os problemas que as pessoas tiveram com os fogos de outubro. Muitas pessoas já procederam à reconstrução de coisas que estavam ardidas, há outros que ainda não começaram, porque há casos e casos. Em relação às transferências para as Juntas de Freguesia estão, realmente atrasadas. Neste momento está a ser terminado o novo protocolo de transferências de competências que terá um pequeno *upgrade* relativamente ao investimento, não só para as transferências correntes mas está a estudar-se também a hipótese de haver uma verba para investimento. Isto irá ser feito o mais breve quanto possível com efeitos retroativos, à data de meados de outubro de dois mil e dezassete. Portanto, em janeiro a situação dos pagamentos em atraso, às Juntas de Freguesia, será resolvida. Em relação à questão das sessões da Assembleia Municipal online o senhor Presidente da Câmara informou de que essa não é uma competência da Câmara Municipal mas, ainda assim, sempre disponibilizou os meios necessários até para que a Vagos FM pudesse, em tempos, transmitir as sessões e, portanto, mostrou toda a disponibilidade para trabalhar em conjunto com a Assembleia Municipal essa e outras matérias. -----

----- O senhor Deputado Filipe Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão, usou da palavra e na sequência daquilo que foi aqui dito quis sublinhar algumas ideias. Primeiro, começou por reforçar o que o senhor Deputado Óscar Gaspar disse, acerca da visita ao concelho. A ida ao local foi muito importante mas um outro fator importante que esta visita proporcionou foi o facto dos membros da Assembleia Municipal se conhecerem melhor uns aos outros e cimentar um espírito de construtivo que o senhor Deputado espera vir a dar frutos aqui. Em relação à política de reflorestação o senhor Deputado considera que se continua a perder uma oportunidade excelente de definir linhas mestres, orientadoras e claras para a reflorestação do Município de Vagos. Outra questão, até quinze de março os proprietários são obrigados a ter a floresta limpa. E a partir de quinze de março quem é que vai fiscalizar/controlar a limpeza da floresta? Perguntou. Em relação à delegação de competências perguntou que tipos de investimentos é que podem ser feitos. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e começou por elogiar a intervenção do senhor Deputado Jorge Pereira quando fez uma apresentação sobre o que se tinha discutido na reunião da CIRA. Entretanto, o senhor Deputado quis registar aqui o enorme

passo em frente que foi dado pelo senhor Presidente da Câmara quando manifestou abertura para a transmissão das Assembleias Municipais. Todos sabem que não compete à Câmara Municipal a palavra final sobre esta matéria mas o senhor Presidente da Câmara, para além disso, é também Presidente da Concelhia do PSD e como sempre foi dito, obviamente, esta é uma questão política. Portanto, o senhor Silvério Regalado dizendo o que disse nesta Assembleia Municipal marca, de facto, uma nova posição da parte do PSD e, por isso, encontram-se reunidas condições para na próxima sessão o PS formalizar o pedido para que esta questão conste da ordem de trabalhos.-----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e começou por informar que, como todos sabem, sendo Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros de Vagos e tendo sido aqui desafiado a anunciar o valor recebido com o pagamento das entradas na NATÁL (I)A irá usar da palavra no período da intervenção do público, precisamente para deixar clara essa distinção entre uma coisa e outra, porque neste momento os bombeiros não estão aqui representados. Em segundo lugar quis também deixar nota que é importante saber distinguir que uma coisa é o Presidente da Concelhia do PSD e outra coisa é o Presidente da Câmara Municipal. Quando o senhor Presidente da Câmara aqui fala não está, obviamente, a vincular o PSD. Em relação à transmissão *online* das sessões das Assembleias Municipais o senhor Deputado não fazia parte deste órgão na altura em que o assunto veio a discussão e votação e, portanto, não votou mas quis aqui referir que é totalmente a favor. No entanto, também gostaria de dizer que da leitura do parecer lido pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal não parece assim tão claro que possa existir a transmissão. Segundo se lembra, e porque estava presente como público na altura, a questão do PSD, e por muito que se queira dizer, não é uma questão política e sim uma questão jurídica. É uma questão jurídica porque estão aqui em causa os direitos de cada um dos presentes nas sessões das Assembleias Municipais e da leitura daquele parecer ao senhor Deputado não lhe parece que seja possível a transmissão *online* da Assembleia Municipal bastando um elemento dizer que não quer a transmissão. E, portanto, é de todo lógico, e é já uma sugestão, e se o ponto vier a discussão e votação novamente o senhor Deputado fará esta sugestão na mesma, que o senhor Presidente da Assembleia Municipal reúna com todos os grupos municipais que formulem as questões em condições para ser colocada uma pergunta ou várias perguntas à Comissão Nacional de Proteção de Dados para esta entidade esclarecer esta questão de uma vez por todas. A transmissão *online* da forma como estão a sugerir, com cortes, implica a que quando um Deputado estiver a falar não quiser ser transmitido deixa de haver transmissão *online*, depois fala outro Deputado que já autoriza e passa a haver transmissão *online*. Às pessoas do público, que quiserem intervir, vai ter de se lhes perguntar antes se as podemos filmar ou não. Esta situação assim não é lógica, ou se transmite tudo ou não se transmite nada. O senhor Deputado reafirmou que é a favor da transmissão *online* mas considera muito importante que a questão jurídica deve ser salvaguardada. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que efetivamente este é um assunto importante, até porque já foi discutido anteriormente, e considera que deve haver por parte de

todos sentido de responsabilidade antes de se tomar uma decisão. Por isso, irá convocar uma conferência de representantes, com os representantes dos grupos municipais, onde este assunto irá ser debatido, irá ser discutida a forma de o discutir e quando o discutir. A Assembleia Municipal terá, entretanto, a oportunidade de se pronunciar, depois dessa conferência. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e sobre a intervenção do senhor Deputado Filipe Jorge referiu que relativamente à reflorestação está completamente de acordo com aquilo que disse. Não existe no concelho de Vagos uma organização de produtores florestais mas tendo alguém que tecnicamente é reconhecido por todos, como sendo um técnico muito competente, o eng^o. Luís Sarabando, conjuntamente com os meios do Gabinete Florestal da Câmara Municipal e do Comandante Operacional, que também tem formação específica nessa área, se possa juntar aqui os conhecimentos e as vontades e fazer um projeto indo ao encontro daquilo que o senhor Deputado disse. Em relação às questões levantadas pelo senhor Deputado Óscar Gaspar, e quanto à questão da evolução do Presidente da Câmara Municipal, em relação a determinadas propostas do PS, o senhor Presidente agradece mas dispensa porque não disse nada diferente daquilo que já aqui tivesse dito no passado, ou seja, que esta questão da transmissão *online* é da competência da Assembleia Municipal e que a Câmara Municipal estará sempre disponível para colaborar no que for necessário a nível de equipamentos. O senhor Presidente não considera que o parecer seja assim tão claro, como referiu o senhor Deputado, até por uma razão: se o Presidente da Câmara tivesse ou colocasse algum impedimento à transmissão metade da Assembleia não era transmitida. Mas tal não irá acontecer, isto é, no que depender do Presidente da Câmara a transmissão *online* será feita, desde que a Assembleia Municipal assim o entenda e a Comissão Nacional da Proteção de Dados “autorize”. O senhor Presidente da Câmara relembra que irá haver alteração legislativa quanto à proteção de base de dados, que entrará em vigor em março de dois mil e dezoito, e é preciso ter em conta esses fatores porque, neste momento, há a obrigação legal de proteger uma série de dados até dos funcionários da Câmara Municipal. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto um da ordem de trabalhos. -----

----- **E – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que o grupo municipal do CDS, normalmente, tem uma atenção especial pela questão do endividamento que está bem patente na página oito deste documento. Em relação ao envio do documento, com a informação, é feito muito em cima da hora. Relativamente à forma do documento o senhor Deputado continua a insistir que

se tem a informação mas depois para a procurar o formato em como é enviado torna mais complicada a procura/localização. Mas, voltando à questão do endividamento, o senhor Deputado deixou algumas considerações. Em relação à dívida a fornecedores verifica-se uma evolução quase natural, uma subida de 7%, e deve-se, neste momento, um milhão trezentos e cinquenta e cinco mil euros. À volta de noventa mil euros a mais do que em finais de agosto. Relativamente à dívida a empreiteiros o senhor Deputado considera a questão preocupante, porque de agosto para dezembro subiu 233%, isto é, devia-se perto de quatrocentos mil euros em finais de agosto e em dezembro devem-se novecentos e vinte mil euros. Perguntou se estão programados pagamentos de última hora ou não e se há alguma explicação para esta subida abrupta de dívida a empreiteiros. Este valor da dívida a fornecedores e empreiteiros é o mais elevado dos últimos quatro anos. Relativamente à execução orçamental é de referir que se termina o ano com apenas 67,8% que é o valor mais baixo dos dois últimos anos. Em relação à despesa deve haver aqui algum problema no documento porque os valores apresentados são exatamente os mesmos valores de agosto. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que há muitas matérias sobre as quais discorda, politicamente, do senhor Presidente, e vice-versa, mas daí não vem nenhum mal ao mundo e até é bom poder-se apresentar aqui os argumentos políticos de cada um. No entanto, há outras matérias em que para além da prudência, para não dizer o bom senso, para a boa linha de atuação política convinha ser-se comedidos com aquilo que se diz ou que se escreve. O senhor Presidente da Câmara escreveu o seguinte: *“Os senhores membros da Assembleia Municipal tiveram a oportunidade de visitar uma parte das zonas ardidas e constataram pessoalmente a devastação a que fomos sujeitos, bem como do apoio que a Câmara Municipal tem dado aos afetados.”* Para o senhor Deputado não há grandes comentários a fazer porque esta frase é autoexplicativa e não corresponde nem àquilo que aconteceu nem ao que devia ter acontecido. Aquilo que aconteceu e aquilo que está a ser implementado ultrapassa, e muito, aquilo que é trabalho da Câmara Municipal. Em relação, ainda, aos incêndios que ocupa, e bem, parte desta informação aproveitou para perguntar se o Conselho Municipal de Segurança reuniu, porque no seu artº 3º d) diz que cabe ao Conselho emitir parecer sobre as matérias como o resultado municipal da atuação da Proteção Civil e de combate aos incêndios. Outra questão que levanta preocupações particulares nesta informação é a da execução orçamental, também referida pelo senhor Deputado Jorge Pereira. De facto, não deve de haver aqui um erro mas sim vários. O que está aqui em relação à despesa, dizendo que ronda os 43,9% do orçamento quer dizer que se está abaixo dos 50% do orçamento, a menos de metade daquilo que devia ter sido feito. E, se isto fosse verdade queria dizer que a Câmara teria um *superavit* orçamental de quatro milhões de euros. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas. Assim sendo, começou por dizer que de facto há aqui um erro nesta informação. O valor da despesa deve ser o valor próximo da execução orçamental da receita e, portanto, houve aqui um erro pela qual o senhor Presidente assume total responsabilidade. Assim sendo, o senhor Presidente Câmara Municipal fará chegar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, em

tempo oportuno, uma retificação deste valor que aqui consta. Este é um dos anos com mais baixa taxa de execução orçamental embora haja aqui um espaço que vai ser aproveitado para fazer uma revisão orçamental retirando algumas coisas que não foram executadas aumentando, assim, o valor. Um dos motivos que levaram a este valor foi o facto de não se colocarem em execução uma série de medidas do Portugal 2020 e que aumentariam, desde logo, os graus de execução. Entretanto, já começaram a ser desbloqueadas verbas do Portugal 2020 e em dois mil e dezoito ter-se-á um nível bruto de execução orçamental muito acima destes valores de dois mil e dezassete. Quanto há questão da dívida, um dos meses em que se tem maior receita é, precisamente, o mês de dezembro, fruto do IMI que se paga em novembro, e, portanto, parte destes pagamentos serão abatidos durante este mês. Não se fazem obras sem se gastar dinheiro é só se podem fazer obras que seja possível cabimentar de acordo com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e será uma matéria que irá sofrer alterações no Orçamento de Estado para dois mil e dezoito. A questão da cabimentação prévia desaparecerá para o Município de Vagos porque tem sido um Município cumpridor. Aqueles Municípios que foram mais cumpridores deixarão de ter de cumprir a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e nesse aspeto, do ponto de vista da dívida, o Município continua a reduzir a dívida total do Município e este sim é o facto mais relevante. Em relação aos incêndios e ao trabalho da Câmara Municipal o senhor Presidente não vai estar aqui com filosofias sobre a forma como o Município trabalhou e modo como esteve próximo das pessoas, até porque isso não é exclusivo do Município de Vagos. Por esse país fora é corrente se forem os Municípios a tomar conta de muitas situações elas andam um bocadinho mais depressa, por isso é que a descentralização de competências para as Autarquias está a ser estudada e em cima da mesa por alguma razão. Os Municípios de facto respondem mais rapidamente às pessoas. O senhor Presidente acompanhou a visita que fizeram e não é por acaso que conheço quase todas as vítimas pelo nome e sim porque os processos estão com a Câmara Municipal que desde o início, sem saber o que ia acontecer, começou a recolher os dados das pessoas logo no dia a seguir aos incêndios, dia dezassete de outubro de dois mil e dezassete. A Câmara Municipal fez a sua obrigação que é estar ao lado das pessoas e é natural que o Presidente da Câmara na primeira Assembleia Municipal a seguir aos incêndios dê algum destaque particular e faça algumas referências particulares a essas situações e àquilo que a Câmara fez. Na Câmara Municipal estão seis pessoas a trabalhar em exclusivo estas matérias e talvez por isso ainda ninguém se lembrou de agendar uma reunião do Conselho Municipal de Segurança para analisar essas questões. Não quer com isso dizer que já não se tenha feito com a diferente entidades, como a GNR e ao Bombeiros, mas formalmente ainda não foi realizada nenhuma reunião do Conselho Municipal de Segurança, porque nestas situações nem sempre é possível responder a tudo ao mesmo tempo. Se nesta questão da delegação de competências não for contemplado um reforço de fundos para as Autarquias e um reforço da possibilidade de, pelo menos, se contratar pessoas afetas a algumas matérias, que vão ser alvo da descentralização de competências, os Municípios não têm possibilidade de resposta para tudo. -----

----- O senhor Deputado Filipe Jorge usou da palavra e pediu que o senhor Presidente esclarecesse melhor a questão do investimento porque a Freguesia de Calvão teve muito pouco e ele gostaria de perceber o que se passou e o que se vai passar daqui para a frente, porque se há este nível de investimento que seja repartido equitativamente por todas as Freguesias de igual modo. Em relação ao Conselho Municipal de Segurança o senhor Deputado questionou se este não havia terminado quando terminou o mandato anterior. É que um dos pontos desta ordem de trabalhos é a eleição dos seus representantes. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que não consegue dizer aqui a que é que corresponde exatamente o aumento do investimento, lembra-se de algumas empreitadas e deu o exemplo das empreitadas dos alcatroamentos. Relativamente às empreitadas dos alcatroamentos existe um bolo e o que a Câmara Municipal faz é dividir esse bolo equitativamente pelas Freguesias recorrendo ao método do FEF, que é o que mais se aproxima das necessidades. No fim do mandato anterior a Freguesia que teve mais investimento em alcatroamentos foi a de Soza, porque existindo as obras da AdRA aproveitou-se para ser esta a pagar uma parte do alcatroamento e o Município a outra. A Câmara Municipal tenta que haja uma representatividade regional de cada uma das Freguesias ao nível do investimento e o que se tem de fazer é se, por exemplo, uma Freguesia este ano precisa de mais investimento, e as outras têm que esperar, nos anos seguintes as outras têm de ser compensadas. O que a Câmara Municipal pretende é que haja uma coesão territorial no Município e que todas as freguesias possam andar exatamente à mesma velocidade. Em relação ao Conselho Municipal de Segurança após o fim do mandato ele não ficou desinstalado, podia ter sido convocado, e seriam convocados as pessoas que fariam parte. Agora, a eleição dos novos elementos dá outra legitimidade ao Presidente da Câmara para convocar e Conselho Municipal de Segurança que certamente o fará para breve para discutir a questão dos incêndios e outras áreas que se entender. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DOIS: CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES;** -----

----- O senhor Presidente da Mesa informou que o Conselho Municipal de Segurança trata-se de uma entidade municipal com funções de natureza consultiva e cabe à Assembleia Municipal indicar quatro cidadãos de reconhecida idoneidade para a sua constituição e integração. -----

----- O grupo municipal do PSD apresentou à Mesa uma proposta conjunta, de consenso, identificada como proposta A, com os seguintes elementos: Nuno Roberto Rodrigues de Moura; Liliana dos Santos Barreira; Paulo Alexandre Gil Cardoso e João Manuel da Cruz Domingues. ----

----- O senhor Presidente da Mesa submeteu a proposta A à votação, por escrutínio secreto, tendo esta sido **aprovada por unanimidade**, pelos vinte e oito (28) presentes. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto três da ordem de trabalhos. -----

----- PONTO TRÊS: CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO, DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA O SETOR DA EDUCAÇÃO – PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA; -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra para apresentar a proposta e leu o documento enviado a todos os membros da Assembleia Municipal e que irá ficar anexada à presente ata. O senhor Deputado informou de que esta é uma proposta aberta, toda a sua redação é aberta, seja ao nível da constituição, seja ao nível dos seus objetivos, seja ao nível do que se entender. Não tem qualquer objetivo partidário, visa essencialmente fazer com que o Município de uma maneira geral tenha uma posição credível, coesa e bem sustentada em soluções que possam de alguma maneira colmatar alguns problemas que já facilmente se sinalizaram, nomeadamente na EPADRV e no Colégio de Calvão. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e referiu que sobre este assunto, e pela importância reconhecida, faz duas pequenas propostas de alteração. Os vários grupos municipais já haviam conversado sobre esta proposta e o senhor Deputado sugere que a constituição do grupo de trabalho passe de seis elementos para sete elementos e a abertura dos objetivos da discussão não se limitar só ao Colégio de Calvão e à EPADRV e abrir a toda a comunidade educativa, desde as IPSS's até o próprio Agrupamento de Escolas. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e começou por felicitar o grupo municipal do PS por esta iniciativa e reconhece os problemas que existem nestes dois casos concretos, EPADRV e Colégio de Calvão. Este grupo de trabalho faz todo o sentido assim como também faz sentido que englobe todas as vertentes que estão representadas nesta Assembleia Municipal. É importante, também, que as ligações mais privilegiadas de alguns membros desta Assembleia possam, de algum modo, ajudar a desbloquear um aparente bloqueio que existe relativamente às negociações, ou pelo menos às conversas que são públicas sobre o Colégio de Calvão. Ninguém quer estar ligado, durante esta legislatura, a uma situação que será impensável para este Concelho e para a comunidade educativa em geral, que é o delapidar de uma instituição emblemática como é o Colégio de Calvão. -----

----- A senhora Deputada Elisabete Pequeno usou da palavra e felicitou o grupo municipal do PS por ter apresentado esta proposta com a qual concorda na íntegra, assim como com as alterações propostas pelo senhor Deputado Juan Martins. Nas IPSS's também existem alguns problemas que são vividos a nível interno que acabam por não passar para além de portas e que deveriam ser tratados com alguma relevância. É de todo o interesse para todas as instituições e para o próprio Concelho que este grupo de trabalho atue e que o faça de forma eficiente que traga mais-valias para todos. Relativamente às duas entidades referidas na proposta, a EPADRV e o Colégio de Calvão, concorda mas é de opinião que seja extensiva aos outros estabelecimentos de ensino e que num futuro possam vir a sugerir alterações aos próprios planos e cursos que são, neste momento, apresentados em alguns desses estabelecimentos de ensino e que não estão devidamente direcionados para a realidade empresarial que existe neste Concelho. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que esta proposta tinha como objetivo de criar um compromisso entre as diferentes forças partidárias para estudar, acompanhar e propor sobre a área da educação. Nos próximos tempos, sem desprimor de outras questões que se coloquem, a situação do Colégio de Calvão e a EPADRV estarão no topo daquilo que serão as preocupações/prioridades da educação no Concelho nos próximos tempos. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião voltou a usar da palavra e referiu que qualquer sugestão é bem-vinda e caso se entenda que é uma forma de melhorar o trabalho do grupo com mais um elemento não há qualquer problema. Quanto ao alargar os objetivos o senhor Deputado é de opinião que não se devem confundir algumas coisas. No concelho já existe uma Carta Educativa que tem essa reflexão mais abrangente na área da educação e já existe um Concelho Municipal da Educação. O grupo de trabalho que o grupo municipal que o PS defende que deve ser criado para se focar em problemas concretos que existem neste momento. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu que é muito importante que os diferentes grupos municipais se associem a uma questão tão importante como esta. Não se pode esquecer que neste momento a Câmara Municipal está a desenvolver com a Universidade de Aveiro o Plano Estratégico para a Área da Educação e por isso convinha nos objetivos estratégicos deste grupo considerar também essa questão. Qualquer eventualidade nestes dois estabelecimentos de ensino, EPADRV e Colégio de Calvão, tem uma intervenção direta no Concelho de Vagos e, portanto, é importante que se articulem estas questões. -----

----- O senhor Deputado Juan Carlos Martins voltou a usar da palavra e referiu que quanto aos objetivos deste grupo de trabalho falou nas IPSS's porque existe um problema que foi criado com o Colégio de Calvão. Neste sentido, o senhor Deputado não tem dúvidas de que se prepara um ataque às IPSS's por parte do Partido Comunista e por parte do Bloco de Esquerda, principalmente aquelas IPSS's que tem contrato com o Ministério da Educação. Esta pressão já está a começar a ser sentida e o senhor Deputado quando alargou este assunto aos objetivos deste grupo de trabalho foi para evitar que daqui por uns tempos se esteja a criar um outro grupo de trabalho para resolver problemas criados às IPSS's. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referiu que de facto ao falar, durante o dia de hoje, com o senhor Deputado Juan Martins ele falou desta questão das IPSS's e a sua ótica de análise da situação é seguinte: está-se a falar de coisas totalmente diferentes, o âmbito deste grupo de trabalho é a preocupação com a educação, nomeadamente com o futuro do Colégio de Calvão e da EPADRV, questão da qual não se deve desfocar nos próximos meses. O senhor Deputado Óscar partilha totalmente a preocupação do senhor Deputado Juan Martins em relação às IPSS's, e em relação ao terceiro setor, e algum preconceito ideológico que existe em relação ao setor social. A verdade é que depois do caso Raríssimas apareceram uma série de *opinion makers* e uma série de dirigentes político-partidários a defender que houvesse uma nacionalização das funções que são desenvolvidas por IPSS's, Misericórdias, Associações, etc.. Do ponto de vista do Partido Socialista é muito claro que a economia social é um bem enorme de Portugal que deve ser fortalecido e deve haver condições para ter mais atividades e não o

contrário. Portanto, o contrário daquilo que for feito e que belisque aquilo que é feito em todo o país, e em Vagos pelas IPSS's, é um mau serviço que se faz, nomeadamente à causa Pública, porque as IPSS's estão mais próximas dos cidadãos têm uma maior agilidade do que as instituições públicas e fazem-no de forma mais eficiente. No entanto, para o senhor Deputado esta é uma questão diferente daquela que levou o grupo municipal do PS à discussão deste ponto da ordem de trabalhos. -----

----- O senhor Presidente da Mesa questionou os grupos municipais do PSD e do CDS no sentido de saber se a proposta é colocada a votação só com a alteração à constituição do número de elementos, e em relação aos objetivos mantêm-se a proposta como está e depois no seio do grupo alarga-se ou restringe-se o seu âmbito, ou se há uma proposta alternativa a esta. -----

----- O senhor Deputado Juan Carlos usou da palavra e referiu que não vê inconveniente que os objetivos/assuntos sejam tratados internamente. No entanto, para o senhor Deputado não faz sentido dissociar o Colégio de Calvão e a EPADRV do resto da educação sem querer passar pelo Conselho Municipal da Educação, até porque este grupo vai servir de apoio ao Conselho Municipal da Educação e à própria Câmara Municipal. Este grupo de trabalho não se deve limitar só a estes dois estabelecimentos de ensino, embora sejam as que estão com problemas neste momento e que não é só de educação mas também de gestão no caso da EPADRV. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que grupo municipal do CDS-PP entende que o objetivo é comum, a forma é que pode ser diferente, e ao longo do tempo as prioridades podem ser alteradas. Neste momento, a prioridade máxima são estes dois estabelecimentos de ensino. Depois, à posterior ninguém diz que não se possa vir a abordar a questão das IPSS's. -----

----- O senhor Deputado Filipe Jorge usou da palavra e referiu que compreende muito bem o ponto de vista do grupo municipal do PSD mas a proposta é para a criação de um grupo de trabalho no setor da educação, porque aquilo que está em causa neste momento é a política do Ministério da Educação. O setor social tem a ver com o Ministério da Solidariedade Social. A criação deste grupo de trabalho é essencialmente como uma forma de pressão política obrigar o Ministério da Educação a definir a sua postura em relação ao Colégio de Calvão e à EPADRV e misturar IPSS's que englobam outro Ministério e outra política seria desvirtuar a proposta. -----

----- O senhor Deputado Juan Carlos voltou a usar da palavra e esclareceu que quando se referiu às IPSS's podia ter-se referido a Instituições, porque está a falar de três instituições que têm acordo com o Ministério da Educação, Santa Casa da Misericórdia, a Associação Betel e a Comissão de Apoio Social e Desenvolvimento de Santa Catarina. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião voltou a usar da palavra e referiu que se lerem com atenção a proposta diz ali tudo, ou seja, o que é proposto é que durante quatro meses sejam discutidos estes dois temas mais prementes. Se houver necessidade de acrescentar a este texto um ponto seis a dizer que após estes quatro meses o grupo de trabalho deve dedicar-se aos outros temas do setor pelo grupo municipal do PS tudo bem.-----

----- Colocada a votação a proposta apresentada pelo grupo municipal do PS para criação de um grupo de trabalho no setor da educação, com a alteração da constituição passando de seis para sete o número de membros da Assembleia Municipal, foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- O grupo municipal do PS apresentou uma proposta de constituição do grupo de trabalho, identificada como proposta A: Juan Carlos Ferreira Martins; Maria Pedro Almeida Neves Ferreira Silva; Sérgio Manuel Jesus Martins; Elisabete Costa Pequeno; Paulo Alexandre Ferreira Malta; Patrícia Neves Ferreira e Bruno Marcelo Regalado Julião. A proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 07 de dezembro de 2017. -----

----- PONTO QUATRO: GRETEL – PRODUTOS CERÂMICOS, S.A. – PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE ISENÇÃO DE IMI E DERRAMA; -----

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal e referiu que em tempos a Assembleia Municipal aprovou a isenção para o período de cinco anos. A lei só permite a isenção de cinco anos com a renovação de igual período e na altura de forma errónea a Assembleia Municipal aprovou por dez anos. Agora, vem aqui para pedir a renovação, por mais cinco anos, uma vez que a alteração já foi feita, e aprovar a prorrogação por mais cinco anos do investimento que teve benefícios fiscais e foi aprovado em dois mil e doze. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que o grupo municipal do PS está de acordo com esta proposta e, portanto, irá votá-la favoravelmente, e deve ser assumido de forma clara aquilo que está em causa. Os pareceres da Câmara Municipal quantificam a perda da receita em termos de IMI e, depois, em matéria de Derrama diz que tal impacto é inexata a quantificação uma vez que a mesma será legalmente dependente do lucro. De facto isto é verdade mas, sendo verdade, podia ser complementado com mais alguma informação, ou seja, devia ser mais claro e objetivo o valor da receita que se está a perder com a isenção deste imposto. -----

----- O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e também ele referiu que o grupo municipal do CDS está a favor da isenção destas taxas, porque são um incentivo. Mas também seria um incentivo se as acessibilidades à Zona Industrial de Vagos fossem melhores, referindo-se aos eixos estruturantes. Esta apreciação não se refere somente à Grestel mas a todas as outras empresas. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para esclarecer que nunca seria possível responder à questão nos termos em que ela está, não será possível saber quais serão os lucros da empresa nos próximos anos. A Câmara Municipal quando concede estes benefícios fiscais que servem para atrair empresas novas, e neste caso em particular para estimular que as empresas já existentes possam ampliar os seus investimentos, sabe que isso lhe retira receitas para fazer outras coisas mas foi uma opção que tomou e trás outras vantagens para o Município. --

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**, pelos vinte e sete (27) membros presentes. -----

----- No momento da votação a senhora Deputada Elisabete Pequeno ausentou-se da sessão por ser funcionária da empresa em causa. -----

----- Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 07 de dezembro de 2017. -----

----- PONTO CINCO: RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DESTRUÍDOS OU GRAVEMENTE DANIFICADOS EM RESULTADO DE CATÁSTROFE – DECRETO-LEI N. 130717, DE 09 DE OUTUBRO – DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE RECONSTRUÇÃO URGENTE PARA HABITAÇÃO OU ATIVIDADE ECONÓMICA – PROPOSTA; -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal começou por justificar a ausência da senhora Vereadora Sara Caladé que por razões de ordem pessoal não pode estar presente. Assim sendo, será o senhor Presidente a apresentar o ponto e informou de que a aprovação destas medidas vem na sequência do Decreto-Lei nº130/17, que surgiu na sequência dos incêndios de Pedrogão Grande, e que permite à Autarquias, com a autorização da Assembleia Municipal, isentar os proprietários particulares, ao nível de licenciamentos de construção e reconstrução, de uma série de projetos de especialidade, desde que estejam incluídos numa zona de incêndio. A delimitação dessa zona de incêndio compete ao ICNF e dentro dessa zona é possível identificar os proprietários que constam da listagem que foi enviada aos senhores Deputados. Por proposta da Câmara Municipal, e aprovação da Assembleia Municipal, é possível isentar os proprietários atingidos dos projetos de especialidades ficando só com uma obrigação, isto é, que apresentem os projetos de arquitetura, de estabilidade e de segurança contra incêndios. Com este regime especial estes são os três projetos que passam a ser exigidos. No fundo o que se propõe à Assembleia Municipal é que aprovem estas medidas especiais já com os proprietários identificadas, o que não quer dizer que se surgir um caso novo não possa ser anexado a este processo, mas basicamente é para facilitar a vida às pessoas afetadas. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e perguntou se há o risco de alguma habitação afetada ter ficado fora da listagem aqui apresentada, como é que foi feita a divulgação e existindo o risco de haver casos que não estejam contemplados como é que se procederá para que sejam abrangidos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu, tal como havia referido, que qualquer habitação que fique de fora desta listagem pode ser acrescentada no futuro. Esta não é uma listagem fechada nem a questão dos apoios financeiros são fechados. Quanto à divulgação para além dos meios próprios da Câmara Municipal foram utilizadas as Juntas de Freguesia, parceiros fundamentais neste processo, IPSS's, Misericórdia, Cáritas, Párcos, isto é, todos os grupos sociais que fazem parte da comunidade e que possam ter conhecimento de alguma situação. A Câmara Municipal tem registadas muitas mais situações do que aquelas que estão identificadas

em todas as tipologias de apoio, porque como se sabe a floresta não é contemplada neste conjunto de apoios. -----

----- O senhor Deputado Xavier Prior usou da palavra e referiu que para além de habitações algumas associações também foram afetadas pelos incêndios, inclusive o Agrupamento de Escuteiros 851, que foi visitado pelos membros da Assembleia. Neste sentido, o senhor Deputado pergunta se em relação a esta associação, e outras que tenham sido afetadas, existe algum desenvolvimento e está previsto algum tipo de apoio. -----

----- O senhor Presidente da Câmara esclareceu que relativamente ao Agrupamento de Escuteiros aquilo que está conversado com a CCDRC, e abordado também com membros do Governo, é que não há apoios financeiros diretos. Há sim, segundo o senhor Secretário de Estado da Administração Local, a possibilidade de se candidatar o projeto às medidas de trabalhos de natureza simples. Neste projeto podem ser enquadradas algumas associações que não podiam ser contempladas nas tipologias de apoio que estão definidas legalmente. Neste momento, a Câmara Municipal tem estado em conversações com o Agrupamento de Escuteiros, aquelas tarefas mais imediatas e mais necessárias têm vindo a ser feitas e aguarda-se que seja feito um “croquis” do projeto para a requalificação do espaço. Tudo isso vai ser feito ao mesmo tempo, ou seja, vai aproveitar-se para se fazerem as coisas da maneira mais correta. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**, pelos vinte e sete (27) presentes.-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto seis da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 15 de dezembro de 2017 . ---

----- **PONTO SEIS: CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE CURTO PRAZO EM 2018 – APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal e referiu que de acordo com a Lei em vigor cumpre à Assembleia Municipal aprovar/autorizar que a Câmara Municipal contraia um empréstimo. A Câmara Municipal enviou a minuta do empréstimo, como tem sido hábito. Em sede de Câmara Municipal foi aberto procedimento, foi analisada a proposta de adjudicação do júri, que não foi enviada aos senhores Deputado mas o senhor Presidente foi já alertado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal dessa situação e irá pedir que isso seja feito. Nos outros anos não tem sido enviada, apenas se envia a minuta. De referir que foram apresentadas várias propostas, a mais baixa foi a da Caixa de Crédito Agrícola, com *spread* 0,5%, de seguida o Santander Totta com 0,68% e depois a Caixa Geral de Depósitos. O relatório do júri não foi enviado mas seguirá na próxima semana para todos os senhores Deputados. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto à votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com dezanove (19) votos a favor do grupo municipal do PSD e do grupo municipal do PS e com seis (6) abstenções do grupo municipal do CDS. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto sete da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 21 de dezembro de 2017. -----

----- PONTO SETE: ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL – 2018 -----

----- A senhora Deputada Elisabete Pequeno regressou à sessão. -----

----- O senhor Deputado Albano Gonçalves chegou à sessão. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou o ponto fazendo uma pequena análise do documento enviado, antecipadamente, aos senhores Deputados. -----

----- O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e referiu que uma vez que é a Câmara Municipal quem organiza as festas da vila, e tendo em conta que nem sempre a afluência é a desejada, devido a vários fatores, questiona se não haveria a possibilidade de incorporar uma feira agroindustrial, como aconteceu no passado com Florivagos. O senhor Deputado considera uma iniciativa muito positiva pois seria uma forma dos agricultores, dos comerciantes e dos empresários apresentarem as suas empresas, os seus produtos e serviços que prestam no concelho e na região. Para além disso seria uma forma de promover todas as instituições e as diferentes valências de cada uma delas. Tendo em consideração que os Concelhos vizinhos todos têm uma feira agroindustrial e são todas elas exemplos de grande sucesso e Vagos deveria ponderar voltar a promover um evento destes. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra referiu que a Requalificação do Palacete Visconde de Valdemouro, construção dos Armazéns Municipais, a Requalificação da Zona Industrial de Vagos, estrada Rines-Sanchequias, Centro Náutico, a Reabilitação do Bairro da Corredoura e Bairro D. Pedro Guimarães, Lagoa do Moitão, Lagoa de Calvão, o Projeto de ligação da ZIV à A17 são tudo obras que já vem do orçamento de dois mil e dezasseis. Aparentemente à quase um “*copy paste*” do documento, porque no que se refere a todas estas obras está tudo parado. Todos sabem que esta parte dos orçamentos são quase que “*imaginativas*” mas a verdade é que já vem tudo dos anos anteriores e espera-se que este ano algumas destas obras avancem realmente. Relativamente à análise do orçamento, propriamente dita, há aqui rubricas que preocupam como a do Parque Escolar onde se verificam grandes investimentos numas escolas e há outras onde não há investimento nenhum. Com esta situação pode estar-se aqui a ciar escolas de primeira e escolas de segunda com alunos a desmobilizarem de umas escolas para as outras o que acentua a desertificação de algumas em prol das outras. Em relação à receita, é normal há sempre pouco a fazer nesta parte do orçamento, é sempre aquela parte mais difícil de otimizar. Na parte da despesa o senhor Deputado já o disse aqui no ano passado, e volta a dizer agora, que na rubrica respeitante aos serviços culturais, que engloba a cultura, desporto e a parte cívica religiosa, é triste verificar que 77% do valor total direcionado para o desporto, 8% para a cultura e depois 15% para as atividades religiosas ou cívicas. O senhor Deputado considera triste um Concelho como o de Vagos que finalmente tem esta questão da Biblioteca resolvida e aberta ao público e elencar 8% à cultura propriamente dita, mais quinhentos euros do que no ano passado. Relativamente ao mapa de pessoal quem ler este documento verifica que estão oitenta e quatro lugares por preencher na estrutura da Câmara Municipal e isto corresponde a um aumento de 33% do quadro de pessoal da Câmara Municipal. A sensação que fica é que há funcionários a mais.

Para concluir o senhor Deputado referiu que o Concelho tem evoluído mas tem sido muito mais à custa dos empresários e da iniciativa privada do que propriamente com as iniciativas do Município e do Executivo Municipal. Quem tem levado o Concelho para a frente são os empresários, porque o apoio que é dado, nomeadamente às Zonas Industriais, a nível de acessos e não só, tem sido muito pouco. Há algum investimento alicerçado em fundos comunitários que todos sabem que não dão garantias e que quase sempre chegam atrasados e que efetivamente vão empurrando todas estas obras para a frente e espera-se que não voltem a estar incluídas no orçamento para dois mil e dezanove. -----

----- O senhor Deputado Filipe Jorge usou da palavra e referiu que um orçamento pode sempre ser visto de maneiras diferentes e concorda com muitas coisas que aqui foram ditas mas na qualidade de Presidente Junta de Freguesia de Calvão teve de fazer uma leitura também focada nisso. E aquilo que o desgosta, e teve o cuidado de telefonar ao seu antecessor, é que uma obra que considera fundamental para a Freguesia, que é a melhoria do Parque de Merendas e Lazer do Barreiro de Calvão, uma obra boa e útil a Calvão, que irá enriquecer não só esta Freguesia como todo o concelho de Vagos, estava orçamentada, desde dois mil e quinze, com cerca de cento e vinte mil euros e agora aparece, neste orçamento, com cerca de metade desse valor. O senhor Deputado percebeu o argumento da equidade mas não pode, em consciência e, neste momento, como representante dos Fregueses de Calvão aprovar um orçamento que tira cerca de 50% a uma obra que estava orçamentada desde dois mil e quinze e que se quer se torne uma obra emblemática. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que o orçamento normalmente é um documento difícil de ler. Em relação a este documento o senhor Deputado, após uma leitura atenta, chegou à conclusão que não merece atenção nenhuma e não vale a pena perder muito tempo com ele. O orçamento foi criado, ou foi imposto porque os cidadãos entenderam dizer ao soberano que não deviam gastar mais do que determinado valor. Esse valor tinha a ver com os impostos que o soberano podia cobrar. Segundo o senhor Deputado está-se muito longe deste cenário e pelo seu conteúdo este é um documento que não vale nada, não interessa nada e não tem relevância nenhuma a não ser cumprir uma obrigação legal. Muitas vezes, nomeadamente em termos de política nacional, o Orçamento de Estado é uma peça fundamental em termos de governação e marca o ano político, e isto por dois motivos. É um instrumento de linha de atuação de um determinado Governo e é entregue à Assembleia da República que tem dois objetivos básicos, à semelhança da tal herança histórica: primeiro é dizer ao Governo de que não pode gastar mais do que determinado valor; segundo é documento de discussão política entre aquilo que lá está e aquilo que lá devia estar. Nada disso acontece na Assembleia Municipal, este é um documento chave e os membros apenas estão aqui para dizer sim ou não. Independentemente daquilo que aqui for dito isso não tem relevância absolutamente nenhuma, nem para o orçamento nem para a atuação da Câmara Municipal. Portanto, o que se está aqui a fazer é absolutamente irrelevante, porque não se pode fazer nenhuma proposta de alteração nem a própria Câmara pode aqui fazer o que quer que seja na sequência desta discussão. Aqui acresce um elemento que

também não é novo mas que foi confirmado pelo senhor Presidente há duas horas atrás, isto é, o nível de execução orçamental deste ano é historicamente baixo. Dois terços do orçamento é executado e um terço fica por executar, do orçamento total. Há aqui, pelo menos, 50% das obras que seriam muito boas mas não são para realizar. A única vantagem da Câmara Municipal e do senhor Presidente em relação aos membros da Assembleia é que ele já sabe quais são os 50% que não vai fazer. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que este é o orçamento da igualdade e não da equidade, isto é, quando se verifica na rubrica de requalificação das escolas que o valor atribuído é todo igual. O levantamento das necessidades não se sabe como é que terá sido feito. E relação à beneficiação de arruamentos verifica-se a mesma situação, ou seja, toda a beneficiação de arruamentos tem inscrito o mesmo valor, dez mil euros. Há pouco falou-se que se está a “fêfizar” as transferências o que se verifica não é isso, porque o valor é todo igual. O senhor Deputado, e Presidente da Junta de Freguesia de Ouca, contra si fala, porque Ouca é das Freguesias do Concelho com o FEF mais baixo inscrito na rubrica de beneficiação de arruamentos, o mesmo valor das outras Freguesias e devia garantir-se aqui alguma equidade e não igualdade. ----

----- O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e começou por referir que leu o documento, não percebe de orçamentos mas leu, e de facto não pode fazer grandes considerações porque não é a sua especialidade. No entanto, olhando para o documento, quis deixar um apelo, porque há áreas que lhe dizem muito que procura e procurará defender e gostaria de as ver mais bem tratadas. Não quer com isto dizer que no passado tenham sido mal tratadas mas podem ser mais “acarinhadas”. De facto a cultura sendo, ou fazendo, uma memória do povo vaguense não pode ficar tão desprotegida. O senhor Deputado compreende que haja áreas mais sensíveis e que mereçam mais destaque, nomeadamente o desporto, mas a cultura merece o cuidado de todos e, por isso, deixa um apelo público à Câmara Municipal, isto é, que procura-se ter um gesto especial para a cultura vaguense e sabendo que há proposta para o futuro que podem voltar a mexer com esta área. Não se pode deixar acabar o que existe, deve-se potenciar o que existe e o que pode vir. Este é o desafio que deixa, porque os vaguenses merecem isso e precisam disso. -----

----- O senhor Deputado Xavier Prior usou da palavra e referiu que também leu o documento e concordam com algumas coisas que aqui foram ditas. Relativamente à parte industrial e económica verificou que irá ser feito um investimento avultado no Parque Empresarial de Soza, no valor de dois milhões e setecentos mil euros, e na Zona Industrial de Vagos, no valor de quinhentos mil euros. Como é do conhecimento público tem-se falado muito na desertificação da parte sul do Concelho e o senhor Deputado questiona se existe algum desenvolvimento a nível de projetos e se existe alguma perspetiva de investimento nos polos industriais desta zona. O senhor Deputado perguntou ainda se a verba de quinhentos mil euros atribuídos à requalificação da ZIV é suficiente para as necessidades. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e começou por elogiar a intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar e acrescentou que o Orçamento de Estado é uma ferramenta para

ir buscar mais dinheiro, ou seja, estão a dizer como é que se pode receber mais para poder gastar mais. Nos orçamentos Municipais as receitas, à partida, estão definidas e, infelizmente, a orçamentação por força da lei não passa de uma previsão que muitas vezes está longe da realidade. Nos orçamentos vêem-se rubricas, que a lei obriga, que são médias da receita que poderão não corresponder à realidade. Há receitas que são de difícil leitura e entendimento mas, por força da lei, são médias dos últimos vinte e quatro meses. Agora, o senhor Deputado não tem dúvidas, este é o orçamento de PSD e é o resultado daquilo que foi o resultado eleitoral. Se disserem que há obras aqui inscritas que não vão ser feitas o senhor Deputado concorda mas já se ouviu o senhor Presidente falar das inúmeras candidaturas que foram feitas, portanto, há este esforço para que se concretizem e que haja investimento. Há aqui três obras que rondam, só no seu início, os oito milhões de euros. Este é um orçamento ambicioso. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas pelos senhores Deputados. Relativamente à questão do senhor Deputado António Bastião o senhor Presidente começou por esclarecer que a Câmara Municipal não organiza as Festas do Município por opção própria. Há uma parte destas Festas que deveria ser a sociedade civil a organizar mas como nos últimos anos não tem havido uma comissão que o queira fazer, e não se devem deixar cair estas festividades, a Câmara Municipal decidiu assumir essa responsabilidade até porque envolve o Feriado Municipal, uma série de pessoas que visitam o Concelho nessa altura e, por isso, deve haver alguma dignidade na receção a essas pessoas. No dia em que aparecer uma comissão de festas, apresentada pelo senhor Padre, que possa fazer essa tarefa imediatamente a Câmara Municipal se limitará a fazer aquilo que for da sua competência. A sugestão que o senhor Deputado fez poderia aqui ser incluída. A Câmara Municipal também já incluiu, nestas festividades, a Semana Cultural e não há qualquer inconveniente em que uma feira desse género possa também vir a fazer parte do programa. A Câmara Municipal já organiza, em conjunto com o Núcleo Empresarial de Vagos uma Feira para a Cidadania, Emprego, Formação e Negócios. Em relação aos comentários do senhor Deputado Jorge Pereira e ao facto das obras estarem todas paradas o senhor Presidente lembrou que no ano passado os senhores Deputados do CDS diziam que o orçamento para dois mil e dezassete era um orçamento eleitoralista, e com um valor abaixo deste em cerca de três milhões de euros. Por outro lado o senhor Deputado momentos antes havia constatado, e bem, que a despesa com fornecedores aumentou mas agora em termos de obras vem dizer que está tudo parado. Se a despesa com fornecedores aumentou é porque se fez obra e se mais obra se fizesse mais aumentava a despesa, não há outra maneira de fazer obra sem contrair uma obrigação de pagamento. Quanto às escolas, neste momento, está a fazer-se um levantamento das necessidades, não há projetos de execução. Os valores que se apontaram para as escolas são valores específicos, porque ainda não se sabe quais são os valores exatos que se vão utilizar nessas empreitadas. Este é um valor de referência que procura, exatamente, evitar que haja escolas de primeira e escolas de segunda. O que se quer é que a qualidade da educação no Concelho de Vagos não seja condicionada pelos estabelecimentos escolares e pela falta de

qualidade em alguns deles. O Concelho de Vagos tem uma rede escolar muito bem qualificada, quer em termos humanos quer em termos físicos, mas é possível melhorá-la. Os valores que aqui estão são valores de referência. No que respeita ao “pouco a fazer na receita” até se podem fazer algumas coisas. A Câmara Municipal pode sempre aumentar a carga tributária, pelo menos naquilo que à Autarquia compete. O Município de Vagos tem o IMI na taxa mais reduzida procurando, com esta medida, ir ao encontro do bem-estar dos vaguenses e isso é uma matéria importante para as pessoas. Provavelmente se a Câmara Municipal decidisse aumentar, as pessoas reclamavam no primeiro ano e, depois, esqueciam. Agora, a verdade é que existe um compromisso eleitoral e um programa que tem de ser respeitado e que teve o resultado que todos conhecem nas últimas Eleições Autárquicas. Relativamente aos serviços culturais, por questões de classificações económicas, há aqui um dado que desvirtua tudo isso. Se fosse incluída a requalificação deste edifício no âmbito dos serviços culturais, basicamente, tudo aquilo que foi aqui afirmado seria dissipado. É evidente que o senhor Presidente tem muito presente a questão da importância da cultura no Concelho de Vagos e por essa razão é que comparativamente aos anos anterior foi duplicado o valor dos subsídios das transferências correntes atribuídos às Associações Culturais. O valor correspondente ao desporto aumenta ligeiramente. Neste momento, o Concelho de Vagos também está um pouco limitado, em relação aos concelhos vizinhos, porque não tem um espaço cultural digno desse nome e que permita realizar determinadas atividades. Há o CER que vai apoiando algumas ações culturais que a Câmara Municipal vai promovendo. Esse problema só ficará resolvido com a requalificação deste edifício. Também não se pode esquecer que há dois anos foi inaugurada a Biblioteca Municipal, e Vagos nunca tinha tido uma. As coisas vão acontecendo a pouco e pouco. Quanto ao aumento do número de funcionários, de facto, oitenta e tal lugares a criar parece muito mas o senhor Presidente chamou à atenção que parte deles já existem, que são as chefias. Uma parte significativa desses postos de trabalho a criar já existe e que foram colocados no orçamento e no mapa de pessoal porque durante o ano de dois mil e dezoito vai abrir a possibilidade de entrarem os dos vínculos precários. A Câmara Municipal só na educação, neste momento, tem trinta e cinco auxiliares a trabalhar, vinte com trabalho temporário e quinze em contratos de emprego e inserção. Para além destes há os professores de Educação Física que estão a dar aulas na Piscina e nos programas ligados ao desporto. Há uma série de pessoas que já constituem despesa para a Câmara Municipal e que ao serem integrados nos quadros da Autarquia, quando essa lei for de facto concretizada, não significará aumento de despesa, sendo que em alguns casos até significará diminuição de despesa como é o caso dos trabalhadores que estão através da modalidade de trabalho temporário. Quanto à questão da iniciativa privada o senhor Presidente está perfeitamente de acordo com o que disse o senhor Deputado Jorge Pereira. Nunca ninguém ouviu o Presidente da Câmara vangloriar-se por trabalho que é de iniciativa privada. Quanto menos Estado melhor Estado. Quanto menos o Estado intervir na economia melhor, o que tem que fazer é criar condições. As empresas que se instalaram em Vagos poder-se-iam ter instalado em qualquer lugar mas os empresários entenderam que este Concelho seria um bom sítio para investir e isso permitiu que a riqueza criada no Concelho

aumentasse. É evidente que tiveram de ser criadas as condições, adquirir terrenos, elaborar planos de modo a permitir que as empresas se possam instalar. Relativamente à obra do Barreiro, na Freguesia de Calvão, previamente ter-se-á de resolver uma questão antiga e, além do mais, essa obra sempre esteve dependente de uma obra a candidatar. No entanto, não há ainda perspectivas de o fazer e, neste momento, está-se a desenvolver o projeto. Este valor que aí aparece é um valor indicativo. Se, entretanto, abrir uma linha de apoio comunitário para isso, se for aberta a candidatura e se for aprovada, e outros projetos que existam tiverem de cair, essa verba terá de ser reforçada para fazer face a esse investimento. Um orçamento, e é bom que se tenha essa noção, não é um documento estanque, ou seja, é um documento que pode ser alterado as vezes que se entender ao longo do ano. Em relação à intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar o senhor Presidente considera que comparar o Orçamento de Estado com o Orçamento Municipal é a mesma coisa que *“estar num baile e compararmos a orquestra com os dançarinos.”* O Orçamento Municipal engloba aquilo que o Orçamento de Estado determina. A questão dos impostos que o soberano podia cobrar é tudo verdade e voltou a lembrar que a Câmara Municipal pode cobrar mais impostos mas isso iria sobrecarregar os munícipes e o Executivo não o quer fazer. A questão de que se forem retiradas as despesas rígidas o investimento é reduzido, mas se forem retiradas as receitas rígidas também não há muito mais margem de manobra. Em relação à beneficiação de arruamentos há neste orçamento três rubricas referentes a esse assunto. Aquela que o senhor Presidente referiu que é equitativamente distribuída pelas Freguesias é uma genérica que diz *“beneficiação de arruamentos no Concelho”*, onde estão previstos trezentos mil euros. As outras duas rubricas que existem têm duas tipologias, uma de administração direta e outra por empreitada. Estas são rubricas que são abertas para coisas que surgem e há necessidade de as indicar, como por exemplo o fornecimento de manilhas para as Freguesias, e que se veem por aí. A rubrica de alcatoamentos é uma rubrica genérica que é *“Fefizada”*. Quanto à informação relativa aos anteriores Orçamentos Municipais esta encontra-se no *síte* da Câmara Municipal e pode ser consultada por qualquer pessoa. -----

---- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que o Orçamento Municipal é um documento estrutural. Na introdução que fez ao Orçamento, e com base no que disse sobre a Educação, o senhor Presidente fala no Estado Central e na discussão que está a haver no domínio das transferências. De facto o Governo está a ter essa iniciativa, da qual se fala há décadas, e que finalmente avança, mas essa questão preocupa o senhor Deputado e já o disse a quem está a gerir esse processo. Apesar da discussão sobre esta matéria integrar a ANMP, ANAFRE e outras entidades começasse a perceber que alguns Municípios estão mais preocupados em receber o envelope financeiro do que as competências e isso é preocupante. Estar mais interessado no envelope financeiro sem se saber o que é que vai ser feito com esse dinheiro é muito preocupante e um dos problemas que esta discussão pode vir a ter a nível nacional é o facto de não se incluírem as oposições. O país já tem mais de quarenta anos de Poder Local Democrático e em muitos Municípios ainda não se atingiu a maturidade política e tem de haver muito cuidado quando se efetuarem estas transferências de competências no domínio da contratação, dos ajustes diretos

para que haja uma boa fiscalização da execução dessas competências. A contratação de Auxiliares de Ação Educativa são uma prática comum nos Municípios e para além disso muitos ainda têm outras opções políticas, como por exemplo comprar manuais escolares, coisa que nunca foi feita por este Município. O que o senhor Presidente da Câmara não gosta é de investir na educação, e é preciso deixar isso claro, e o que se tem de comparar é o nível de investimento na educação deste Município em relação aos outros Municípios e não perder tempo com estas discussões filosóficas. A Câmara Municipal enviou um e-mail à concelhia do Partido Socialista a solicitar os contributos para o Orçamento Municipal, de acordo com a lei e invocando o estatuto da oposição, e esta concelhia fez, na altura, um apelo, e não obteve resposta, e deve obtê-la. O apelo consistia no seguinte: para que os partidos políticos, de acordo com a leitura da lei e de acordo com as práticas desenvolvidas noutros Municípios, recebessem, antes desse pedido de contributos, o documento. O senhor Deputado pediu que de futuro houvesse esse cuidado para o cumprimento desse requisito legal, com a antecedência necessária para que possa haver essa abertura que o senhor Presidente falou. O Partido Socialista propôs, nessa missiva que enviou à Câmara Municipal vários contributos, porque o Partido Socialista tem sempre um espírito construtivo e, não obstante, apresenta sempre propostas construtivas em relação aos orçamentos todos os anos. Na cultura - a criação de um centro cultural e abrir o debate à população."O senhor Deputado sabe que é uma coisa que está pensada mas pede para que o senhor Presidente não compare esta obra com a Biblioteca Municipal como acabou de fazer, porque a Biblioteca Municipal demorou décadas a concretizar. Continuando, na economia e cultura - a reabilitação e dinamização do Mercado Municipal; participação de uma instituição no Orçamento Participativo anual, e na sessão da Assembleia Municipal anterior o PS propôs que um dos temas fosse a Modernização Administrativa. O senhor Deputado lembrou que há oportunidade ao abrigo do projeto SAMA de colocar Espaços do Cidadão nas Freguesias. Na economia e turismo – a implementação de uma nova feira. Em termos de Infraestruturas básicas – iluminação nas vias de acesso à Zona Industrial de Vagos; a reabilitação da estrada Rines-Sanchequias; despenalizar mais espaços públicos com internet. O senhor Presidente da Câmara referiu que tinha o ano todo para alterar este orçamento e, por isso, perguntou se aceitou alguma destas propostas para incluir neste documento, se aceita nesta Assembleia ou se vai aceitar ao longo das próximas reuniões de Câmara. Para terminar o senhor Deputado diz que a Câmara Municipal não tem de ter só os impostos para alterar as receitas mas também capacidade de apresentar boas candidaturas aos programas. Há programas que têm uma limitação regional, há outros que são ganhos na base competitiva, com base na qualidade que apresenta e de acordo com as condições que é elaborado. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra para deixar os parabéns ao senhor Presidente porque considera muito importante que o Executivo Municipal ponha em prática no seu dia-a-dia aquilo que apresentou como proposta à população para votar e eleger esta Câmara Municipal. É muito importante honrar os compromissos eleitorais. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referiu que não conseguiu ver onde é que há aqui um espartilho por causa das regras do Orçamento Municipal. No Município de Vagos houve dois Orçamentos de vinte e cinco milhões de euros, há poucos anos, e as regras não eram muito diferentes daquelas que existem hoje. O senhor Deputado não pode aceitar que o PSD diga que há aqui uma dificuldade de orçamentar e apresente um orçamento que é 13% superior ao do ano passado. Não há aqui nenhuma limitação, o problema não são os valores o problema é saber-se se são de facto, ou não, para aplicar. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra e começou por responder às questões colocadas pelo senhor Deputado Xavier Prior. Sobre o Plano de Pormenor do PES a Câmara Municipal candidatou este projeto às Áreas de Localização Empresarial, candidatura aberta no Centro 2020. Na região Centro foram contemplados trinta Municípios e Vagos foi um dos dez Municípios que teve uma verba mais elevada, precisamente pela qualidade da candidatura e por ter argumentos favoráveis. Em relação aos Polos do Covão do Lobo, Santa Catarina e Ponte de Vagos o senhor Presidente concorda com o senhor Deputado, ou seja, têm de ser desenvolvidos até para permitir a equidade territorial. Há prioridades e a Câmara Municipal, numa primeira fase, tem estado em contacto com as Juntas de Freguesia para dar início a uma tarefa muito importante que é a identificação dos proprietários dos terrenos para que a Câmara Municipal possa avançar para a aquisição. A segunda fase é a aquisição dos terrenos e a terceira fase é a infraestruturização. Esta será uma tarefa complicada mas com o apoio das Juntas de Freguesia ir-se-á, com certeza, ao encontro daquilo que está previsto no Plano Diretor Municipal desde dois mil e nove. Relativamente à intervenção do senhor Deputado Bruno Julião e quanto à questão da delegação de competências o senhor Presidente referiu que é evidente que os Municípios estejam preocupados com o envelope financeiro. Não se pode continuar à espera que as Autarquias se façam substituir ao Governo pagando a fatura e não recebendo o correspondente envelope financeiro. De acordo com as conclusões do Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses uma das coisas que ficou definida é essa, isto é, os Municípios não vão iniciar um diálogo de delegação de competências sem rever a Lei das Finanças Locais. O Governo andou anos e meses a tratar disso e apresentou uma proposta três dias antes do Congresso e é uma proposta que de competente, rigorosa e eficiente tem pouco e números não tem nada, apenas intenções. Há muitos Municípios a substituírem-se ao Estado e têm estado a contratar Auxiliares de Ação Educativa, como é o caso de Vagos, e outros a exercerem a delegação de competências que já têm. Nem todos os Municípios estão no mesmo patamar, porque há deles que já têm delegações de competências na Área da Educação na totalidade, como é o caso de Oliveira do Bairro, e há deles que só têm delegações de competências ao nível do primeiro ciclo do ensino básico. Vagos não tem nenhuma delegação de competências feita pelo Estado. O que tem é o ensino pré-escolar e cumpre as suas obrigações. No primeiro Ciclo do Ensino Básico se não fosse a Câmara Municipal muitas escolas que tem hoje duas e três auxiliares não teriam mais que uma auxiliar, que seria insuficiente na maior parte dos casos principalmente em escolas que tenham alunos com necessidades educativas especiais. A Câmara Municipal enviou um pedido de

propostas a todos os grupos municipais e a todas as concelhias partidárias, tal como manda a lei, e o senhor Presidente não consegue entender qual é a distinção que o senhor Deputado Bruno Julião faz do Presidente da Concelhia do Partido Socialista Bruno Julião. O que importa é que têm a oportunidade de dar os contributos para a elaboração do Orçamento Municipal que é aprovado pela Assembleia Municipal. Agora, é evidente que não há documento para enviar atempadamente, isto é, antes dos contributos, porque esse documento é aprovado primeiro em sede de Reunião de Câmara. É ao Executivo da Câmara Municipal, concorde-se ou não com a lei, que compete aprovar o documento e assim que é aprovado é enviado para os grupos municipais. Relativamente à reparação da estrada Rines-Sanchequias o processo cumpriu todas as regras que o código da contratação pública determina e só ainda não começou por falta o visto do Tribunal de Contas. Em relação aos orçamentos que tiveram execuções de cerca vinte e cinco milhões de euros foi exatamente aquele em que o Município teve o Plano de Apoio à Economia Local (PAEL), que sempre foi questionado pelos senhores Deputados o facto de não ter sido considerado receita. Mas do ponto de vista contabilístico não podia ser feito de outra maneira. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto à votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com vinte e um (21) votos a favor do grupo municipal do PSD e com oito (8) votos contra do grupo municipal do CDS e do grupo municipal do PS. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto oito da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 15 de dezembro de 2017. -----

----- PONTO OITO: AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – ANO 2017 – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO; -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que este ponto é um cumprimento de uma obrigação legal. A Câmara Municipal foi autorizada pela Assembleia Municipal a Assumir Compromissos Plurianuais e tem a obrigação de trazer aqui todos os pedidos de Compromissos com carácter de Plurianualidade, ou seja, que sejam executados em mais do que um ano económico para dar conhecimento à Assembleia Municipal. -----

----- O ponto não foi submetido a votação, uma vez que era só para conhecimento da Assembleia Municipal, conforme estipula a lei. -----

----- Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto nove da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 15 de dezembro de 2017. -----

----- PONTO NOVE: AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – ANO 2018 – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO; -----

----- O senhor Presidente informou de que o que se pretende, neste ponto, é pedir à Assembleia Municipal que autoriza a Câmara Municipal a Assumir Compromissos Plurianuais no ano de dois mil e dezoito. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto à votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com vinte e um (21) votos a favor do grupo municipal do PSD, com seis (6) votos contra do grupo municipal do CDS e com duas (2) abstenções do grupo municipal do PS. ----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto dez da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 15 de dezembro de 2017 . -----

----- PONTO DEZ: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE INVESTIMENTOS PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS. -----

----- O senhor Deputado Hermes Fernandes ausentou-se da sessão. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou o ponto e referiu que de acordo com a lei do Orçamento de Estado para dois mil e dezoito há a possibilidade de excecionar os empréstimos que sejam dedicados à componente nacional de obras financiadas. O Município tem duas obras muito importantes para os próximos exercícios, com especial incidência em dois mil e dezoito que são a Requalificação do Palacete Visconde de Valdemouro e a Requalificação do Plano de Pormenor da Parcela B do Parque Empresarial de Soza. Estas são duas obras que já têm projeto de execução e sabe-se aproximadamente os valores que serão necessários e há uma parte que não tem financiamento garantido. Para essa parte que falta é possível obter empréstimos e é possível que esses empréstimos não contem para o endividamento total do Município contando para o valor global mas ultrapassando as regras que existem nos Orçamentos de Estado, que diz que um Município só pode contratar 20% daquilo que é a sua capacidade de endividamento todos os anos. No entanto, estes empréstimos ficarão excecionados dessa regra, ou seja, o Município pode pedir estes empréstimos enquadrados nos limites de endividamento que lhe estão consignados. Como Vagos tem capacidade de endividamento este é um pedido de parecer prévio e este processo ainda terá de voltar à Assembleia Municipal. Agora, a Divisão Financeira submeterá a concurso este volume de empréstimo, cumprindo as regras da contratação pública, e depois virá à Assembleia Municipal para autorização. Sem esta autorização prévia a Câmara Municipal não poderá avançar com o procedimento. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que normalmente quando há um determinado projeto de investimento tem de se pensar como é que se vai financiá-lo. A primeira linha, nestes casos, são os Fundos Comunitários, Portugal 2020 e o remanescente é financiado por outra via. Essa reflexão não consta dos documentos enviados aos membros da Assembleia Municipal, nem no Orçamento nem neste ponto, ou seja, se a Câmara Municipal alguma vez ponderou e analisou a possibilidade destes investimentos serem feitos com a receita que é recebida, nomeadamente a receita de capital que está prevista no Orçamento do próximo anos, e dos seguintes. É preciso ter atenção que se está a falar de investimentos de milhões de euros e, portanto, deve haver essa decisão estratégica do que é que é pago pelas receitas próprias de capital da Câmara Municipal e o que é que deve ser financiado pelo endividamento bancário. Tendo em conta que nestes dois casos o que se pretende é financiá-los com este misto de Fundos Comunitários e endividamento bancário surge uma dúvida ao senhor Deputado. No caso da

Requalificação do Palacete Visconde de Valdemouro está previsto gastar um milhão cento e setenta e três mil quinhentos e noventa e três euros e no caso das Infraestruturas da Parcela B do PES um milhão cento e sessenta e quatro mil trezentos e noventa e quatro euros. De grosso modo está-se aqui a falar de dois milhões e quinhentos mil euros de endividamento e o senhor Deputado não encontra este raciocínio plasmado no Orçamento Municipal para dois mil e dezoito. O que está previsto no documento há pouco aprovado, na rubrica do endividamento bancário, tirando os quatrocentos mil euros de curto prazo, é um valor de oitocentos e setenta e quatro mil euros coincidente com o valor do último ponto da ordem de trabalhos que vai ser discutido a seguir. Este valor não se percebe se uma parte, ou todo ele, encaixa no financiamento destas duas obras ou não encaixa. Ao senhor Deputado parece-lhe que não esteja lá incluído e isso quer dizer que no próximo ano não é preciso este endividamento e que se está a iniciar um processo que não vai ter endividamento em dois mil e dezoito. Neste sentido, o senhor Deputado tem dificuldade em aceitar a justificação que é dada pela Câmara Municipal, de que se está a ver este ponto porque estes dois projetos estão no Orçamento Municipal para dois mil e dezoito. O senhor Deputado considera, ainda, muito redutor falar no Projeto de Requalificação do Palacete Visconde de Valdemouro apenas como reabilitação quando se sabe que será muito mais do que isso, nomeadamente o tal espaço cultural de que Vagos precisa. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para responder às questões colocadas. De acordo com as regras do Orçamento de Estado a Câmara Municipal não pode contemplar como receitas orçamental um empréstimo que não está ainda formalizado, como é o caso do empréstimo para a estrada Rines-Sanchequias. É por essa razão que o valor não aparece orçamentado. Quanto à questão das receitas de capital parte delas, uma parte muito significativa, são as receitas do FEDER e as receitas respeitantes a estas duas candidaturas que estão aprovadas e com financiamento garantido. O Governo para iniciar as negociações junto da comissão Europeia precisa que os níveis de execução do Portugal 2020 sejam bastante melhorados e, neste momento são muito reduzidos, e depois na negociação com a CCDR não faz sentido estar-se a exigir mais verbas quando existem contratos assinados e não estão a ser cumpridos. O senhor Presidente da Câmara Municipal pediu autorização à mesa para o Chefe da Divisão Financeira da Câmara Municipal, senhor Nuno André, dar uma pequena explicação sobre a questão orçamental mais técnica. -----

----- O senhor Nuno André explicou que os empréstimos para serem orçamentados têm de estar contratualizados e, nestes casos, não estão. Em teoria a despesa que se prevê para dois mil e dezoito é aquela que é decorrente do financiamento comunitário e se houver condições para o empréstimo ser utilizado não há problema em ultrapassar a dotação que está definida. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto à votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com vinte e seis (26) votos a favor do grupo municipal do PSD e do grupo municipal do CDS e com duas (2) abstenções do grupo municipal do PS. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto onze da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 21 de dezembro de 2017 . -----

----- PONTO ONZE: ARMAZÉNS MUNICIPAIS – ALIENAÇÃO DOS TERRENOS – VAGOS – RATIFICAÇÃO. -----

----- O senhor Deputado Hermes Fernandes regressou à sessão. -----

----- O senhor Presidente da Câmara referiu que a Assembleia Municipal autorizou a Câmara Municipal, e a ele próprio, a escriturar a venda de três terrenos diferentes, três artigos diferentes, ao Lidl para que este pudesse avançar com o seu projeto de investimento. O que aconteceu foi que houve uma Ação Judicial metida pela proprietária de dois artigos adquiridos por quarenta e sete mil e quinhentos euros. Essa Ação está registada na Conservatória. A Câmara Municipal entendeu ser precavida e não fez uso da Assembleia Municipal de vender os três artigos. Neste sentido, a Câmara Municipal o que pretende é que a Assembleia Municipal ratifique a decisão, ou seja, em vez de vender os três artigos, uma vez que dois deles estão sobre a pendência judiciária, venda um só, aquele que era sua propriedade já antes deste processo. O senhor Presidente fez a escritura na qualidade de gestor do negócio, de acordo com a informação jurídica do Município e de acordo com a notária de Vagos, e agora o que se pretende é que a Assembleia Municipal ratifique este ato autorizando o Presidente da Câmara Municipal a vender o artigo que é plena propriedade da Câmara Municipal. Depois, virá aqui à Assembleia Municipal aquilo que for a decisão jurídica sobre os outros dois artigos. -----

----- Não havendo intervenções, o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**, pelos vinte e nove (29) presentes.-----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que o ponto doze da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 21 de Dezembro de 2017, é somente para conhecimento aos membros da Assembleia Municipal e não para ser submetido a qualquer deliberação. -----

----- PONTO DOZE: ADENDA AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO – REDUÇÃO DO MONTANTE DE EMPRÉSTIMO PARA 874000,00€ - BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA 598 RINES/SANCHEQUIAS – PARA CONHECIMENTO. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que se está a cumprir uma sugestão do Tribunal de Contas, ou seja, como a Assembleia Municipal autorizou um empréstimo de 1,5 milhões de euros e a Câmara Municipal decidiu reduzir este empréstimo para oitocentos e setenta e quatro mil euros seria correto dar conhecimento a este Órgão dessa alteração. Após a aprovação em Reunião de Câmara o processo foi enviado para o Tribunal de Contas e agora ir-se-á dar-lhe conhecimento de que a Assembleia Municipal já foi informada da alteração. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que quando este assunto foi discutido na Assembleia Municipal pela primeira vez consta da ata de junho de dois mil e dezasseis, na página dezoito, o que um Deputado de PS dizia a este respeito. *“O que diz é que o endividamento era este mas nos próximos trimestres vai haver aqui uma amortização que é de um*

milhão cento e noventa e cinco mil euros. E depois há aqui um passo lógico, que não tem lógica nenhuma, que é somar esta amortização à margem, porque a amortização tem que se reduzir ao montante da dívida como é óbvio. Se a este montante da dívida se subtrair este montante das amortizações fica-se com uma dívida total, depois das amortizações, de doze milhões quinhentos e dezasseis mil setecentos e um euros. Se a esta dívida que a Câmara vai ter no final do ano aplicar a tal margem legal dos 20% o que obtém são oitocentos e trinta e sete mil quatrocentos e dez euros e vinte cêntimos, ou seja, um bocadinho mais do que metade daquilo que esta Câmara se propôs realizar. O senhor Deputado não encontra outra lógica financeira para fazer estas contas.”

Dito isto, o senhor Presidente da câmara Municipal entendeu que seria sensato responder da seguinte maneira: *“Quanto ao passo lógico ou não lógico daquilo que vai ser a operação financeira, e de se ter aqui uma falácia, o senhor Deputado Óscar Gaspar diz que só estão aqui 20% da margem de endividamento, relativamente ao início do ano, o que levaria a que se esquecesse a amortização que se vai fazer durante o ano, mas não é assim, “era o que mais faltava”. O limite total da dívida em trinta e um de dezembro de dois mil e dezasseis é de catorze milhões trezentos e dez mil euros e é com este limite que se terá de trabalhar. O senhor Presidente da Câmara está em condições de garantir a esta Assembleia que o Município ficará bem abaixo destes valores daquilo que é o limite do endividamento da Câmara Municipal.”* Entretanto, passados uns meses estava-se a ter essa discussão aqui na Assembleia Municipal, e consta da ata de vinte e sete de abril de dois mil e dezassete, na página vinte e seis o seguinte: *“E, neste caso concreto, o Partido Socialista até também está a favor da contratação deste empréstimo. Ainda assim, embora não seja da competência da Assembleia Municipal a pronunciar-se sobre esta matéria, como o senhor Presidente da Câmara disse a questão vai ser submetida ao visto do Tribunal de Contas, mas o senhor Deputado repete aquilo que disse aqui na Assembleia de meados do ano passado. No seu ponto de vista quando aparece uma informação da Câmara Municipal a dizer que a margem disponível é de oitocentos e setenta e quatro mil euros não é possível contratar um empréstimo de um milhão e quinhentos mil euros, mas isso o Tribunal de Contas dirá de sua justiça.”* Portanto, quer com isto dizer que o Tribunal de Contas esteve prestes a chumbar este pedido de empréstimo de 1,5 milhões de euros, porque obviamente este montante não cabia na capacidade de endividamento do Município como aqui foi dito, argumentado e justificado e teria ficado bem ao senhor Presidente da Câmara Municipal ter percebido a posição do grupo municipal do PS na altura. Esta não foi, de todo, uma sugestão do Tribunal de Contas e sim um claro chumbo. Este valor agora remetido para o Tribunal de Contas deveria ter sido o valor enviado desde o ano passado. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra e referiu que se o senhor Deputado ler a página nove da informação do Presidente, ponto um da ordem de trabalhos, a margem de endividamento utilizável a vinte de dezembro é de um milhão quatrocentos e vinte mil euros. Portanto, a margem de endividamento que o Município poderia utilizar, até prova em contrário, era esta e ainda irá baixar mais, até ao final do ano, porque há as amortizações do exercício, que não contam para a margem de endividamento. Aquilo que se fez, e após discussão

em Reunião de Câmara, foi encontrar, em consonância com o Tribunal de Contas, uma forma de não condicionar a margem de endividamento para dois mil e dezoito. -----

----- Encerrado o período da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão à intervenção do público, nos termos do artigo 23º do Regimento. -----

----- Do público interveio o senhor João Luís Santos e referiu que esteve presente na sessão da Assembleia Municipal do dia dezanove de novembro de dois mil e dezasseis a expor vários assuntos e até à presente data ainda não obteve resposta a nenhuns. Na altura tanto o Presidente da Assembleia Municipal como o Presidente da Câmara ficaram de dar uma resposta por escrito às questões colocadas. Referiu-se aos atrasos nos processos de obras, entre quatro a cinco meses. Relativamente aos incêndios no Concelho de Vagos o senhor Presidente deixou aqui os parabéns aos Bombeiros e à Proteção Civil e o senhor João quis também agradecer ao povo de Vagos porque foi o povo que salvou todos os seus bens e não os Bombeiros e a Proteção Civil. Nesse dia o senhor João não viu nenhum Bombeiro nem Proteção Civil a proteger aquilo que era do povo, viu sim a população e os empresários a protegem o que era seu e por isso merecem um grande aplauso, embora os Bombeiros e a Proteção Civil também mereçam. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o senhor João de que irá consultar a ata do dia dezanove de novembro de dois mil e dezasseis e no que à Assembleia Municipal disser respeito irá ser dada resposta tão breve quanto possível. Em relação à atitude louvável do povo de Vagos, aquando dos incêndios de outubro, a Assembleia Municipal de Vagos já fez um voto de louvor em relação a esse trabalho. Mas nunca é demais lembrar essa capacidade de sacrifício e essa resiliência que os cidadãos de Vagos demonstraram nos últimos dias quinze e dezasseis de outubro de dois mil e dezassete. -----

----- A senhora Paula Mourão interveio para questionar o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a aquisição de terrenos na Zona Industrial de Vagos, ou seja, se há intenção de adquirir terrenos na ZIV e se sim o que é pode adiantar já sobre esse assunto. Entretanto, deixou uma nota, durante a Assembleia Municipal ficou com uma dúvida, em relação ao ponto um, uma questão colocada pelo senhor Deputado Jorge Pereira, sobre o aumento da dívida a empreiteiros. Como o valor é elevado, e muito acima dos valores dos últimos quatro anos, a senhora Paula Mourão gostaria de saber se há mais alguma informação que possa ser disponibilizada para justificar este aumento. -----

----- O senhor Nuno Moura interveio na qualidade de Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vagos e começou por agradecer ao Município de Vagos o apoio que tem dado a esta Associação e agradeceu, também, à organização da NATAL (I)A o convite endereçado para estar na cobrança dos bilhetes. Nessa atividade, com a cobrança de bilhetes e com uma “caixinha” de ofertas que a população quis dar, esta Associação conseguiu obter um valor de seis mil trezentos e noventa e quatro euros e vinte cêntimos. O agradecimento da Associação já foi feito por ofício às entidades competentes. Relativamente aos incêndios de outubro, o senhor Nuno Moura referiu que já teve a oportunidade de ouvir, por diversas vezes, o senhor Presidente da Câmara, para além de agradecer ao Bombeiros e à Proteção Civil, agradecer

a todos os vaguenses e dizer que foi com o apoio de todos eles que foi possível extinguir o fogo. Contudo, não pode também deixar de defender a envolvimento da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vagos e de todo o seu corpo ativo nestes incêndios. Infelizmente, foi impossível a esta corporação estar no Concelho todo. A dada altura as outras corporações que estavam a apoiar tiveram que ir para os seus Concelhos defender os seus incêndios e em Vagos com onze viaturas para combate a incêndios e cerca de oitenta Homens no terreno não foi, efetivamente, possível estar em todo o lado. Se não fosse a população civil a ajudar não teria sido possível extinguir os fogos. Em Vagos, felizmente, não se perdeu nenhuma vida e isso é que é de salutar. O senhor Nuno Moura agradeceu, ainda, ao senhor Presidente a referência que fez nesta Assembleia Municipal à revisão do protocolo que a Câmara Municipal tem com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vagos e de manifestar vontade de continuar a apoiar esta instituição. -----

----- O senhor Alexandre Marques, da Freguesia de Calvão, interveio para deixar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Vagos. Assim sendo, quer saber, e reconhecendo toda a legitimidade do Executivo para escolher os Vereadores a tempo inteiro e meio tempo, que justificação o senhor Presidente dá para a Câmara Municipal ter, além do Presidente da Câmara, quatro Vereadores a tempo inteiro. Quer saber quem é que paga aos senhores Vereadores, se há alguma verba de comparticipação do Estado para esta despesa ou se são os cidadãos todos a pagar. Outra questão que colocou prende-se com o estradão de Calvão que tem as linhas contínuas e tracejadas mas ainda faltam algumas coisas, como a iluminação ou sinais verticais luminosos, ou qualquer outra coisa que zele pela segurança de quem por lá circula. Em relação ao saneamento, especialmente na zona sul do Concelho, perguntou se vai ser exigida a adesão dos munícipes à ligação à rede de saneamento onde este serviço já está disponível. -----

----- A senhora Maria do Céu Marques interveio, na qualidade de vaguense, residente em Vagos, para fazer uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara, ou seja, quer saber para quando a melhoria de qualidade de vida dos vaguenses, referindo-se concretamente ao trânsito pesado que é caótico a determinadas horas no centro da vila. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas pelo público. Em relação à intervenção do senhor João Luís o senhor Presidente tem a ideia de ter respondido, nessa mesma sessão, às questões levantadas. No entanto, se ficou alguma questão por responder solicita ao senhor Presidente da Assembleia que lhe faça chegar formalmente e o senhor Presidente da Câmara responderá com a brevidade e clareza possíveis. Quanto à questão dos atrasos nos processos de obras existem processos que são despachados mais rápidos outros mais lentos, depende sempre da dificuldade e do enquadramento. O senhor Presidente sabe perfeitamente ao que senhor João Luís se está a referir mas o processo em causa tem um enquadramento jurídico que tem de ser dado e não é uma situação pacífica. Além do mais o senhor Presidente nunca sobrepôs as questões políticas às questões técnicas, nunca impôs aos técnicos da Câmara Municipal decisões sobre questões técnicas. As questões técnicas são da responsabilidade dos técnicos e o político decide baseado nas informações técnicas que recebe.

Em relação à questão dos fogos o senhor Presidente realçou também a importância das Juntas de Freguesia e da população em geral. Há pouco referiu-se só aos Bombeiros e à Proteção Civil por se tratar do Orçamento e envolver verbas atribuídas a estas entidades. Quanto à questão da aquisição dos terrenos na Zona Industrial de Vagos no Orçamento há uma verba prevista para aquisição de terrenos, porque se surgir a oportunidade, como está em vias de surgir, a possibilidade de reversão de um lote para a Câmara Municipal tem que haver verba nessa linha do Orçamento para se poder executar essa aquisição. Quanto à questão da dúvida relativamente ao aumento de despesas com empreiteiros o senhor Presidente não consegue aqui estar a referir todas as obras adjudicadas mas foram, com certeza, todas elas feitas ao abrigo do Código da Contratação Pública, da legislação em vigor e enquadradas do ponto de vista da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Em relação às questões do senhor Alexandre Marques e ao facto do Concelho não ter crescido a nível económico, o aumento do volume de faturação das empresas do Concelho ainda hoje saiu no jornal Diário de Aveiro, e se consultarem as edições anteriores verifica-se, facilmente, a evolução em termos de empregabilidade, de negócios e todos os aspetos do ponto de vista industrial o crescimento do Concelho. Em relação ao número de Vereadores, se for ver o rácio de colaboradores que trabalham na Câmara Municipal de Aveiro e os que trabalham na Câmara Municipal de Vagos verificar-se-á que o de Vagos é muito mais reduzido. A Câmara Municipal de Aveiro tem, neste momento, porque já teve muito mais, cerca de setecentos funcionários. Relativamente ao estradão de Calvão e à colocação de sinais luminosos nunca foi considerada essa hipótese mas o senhor Presidente julga que o ICNF, entidade que gere aquele espaço, não autorizaria esse serviço, mas é uma sugestão válida como todas as outras. No que respeita ao saneamento é uma questão pertinente. É evidente que se são feitos investimentos, nomeadamente no saneamento, é importante que a população se ligue à rede de saneamento. Se o Estado investe e o investimento está à porta das pessoas faz todo o sentido que as pessoas aderiram e por isso é que a legislação é relativamente clara quanto à matéria da rede de saneamento, isto é, estando à porta das pessoas eles têm de estar ligadas ao saneamento, até por questões de saúde pública. Relativamente ao trânsito pesado no centro da vila é uma questão pertinente, porque como se sabe a gestão da EN109 é exclusivamente feita pela atual Infraestruturas de Portugal. A estrada é nacional e não municipal. Já foram feitas tentativas no passado para a estrada ser desclassificada, isto é, que deixasse de ser estrada nacional e passasse a ser estrada municipal mas a IP não está em fase de investimentos, porque o Município ao receber a estrada terá de receber contrapartidas financeiras ou a estrada terá de ser totalmente requalificada para o Município a poder receber. A estrada não é pertença do Município, faz parte da Rede Rodoviária Nacional, e a questão do trânsito pesado só se resolverá no dia em que houver uma resolução em relação às questões das antigas SCUTS. A questão da cobrança das portagens colocou muito trânsito nestas vias que são estradas nacionais. Mas nem a municipalização destas estradas resolverão o assunto, porque não se pode proibir o trânsito pesado numa estrada nacional que passará a ser estrada municipal. -----

----- O senhor Alexandre Marques pediu para intervir novamente para colocar uma pergunta que se tinha esquecido de colocar na primeira intervenção que fez e que se prendia com o Conselho Municipal da Juventude da qual já fez parte, na altura em que era representante da Associação de Estudantes do Colégio de Calvão. O que gostaria de saber era se havia sido feito convite à Juventude Popular de Vagos para integrar o Conselho Municipal da Juventude. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que tem a certeza que na altura foi convocado representante da Juventude Popular, a senhora Elisa Novo, que chegou a estar presente nas reuniões. Quando for agendada uma reunião serão convocadas todas as entidades que estiverem ativas e de acordo com o regulamento. -----

----- De imediato, o segundo Secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte e três horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa. -----

----- **O Presidente,**_____.